

# SEAE

Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade  
Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade  
**Ministério da Economia**



**RADAR**  
REGULATÓRIO

FEVEREIRO/2022

61 2027-7475  
radar.seae@economia.gov.br



# EDITORIAL

O Relatório Radar Regulatório é uma iniciativa da Secretaria de Advocacia da Concorrência e Competitividade (SEAE) do Ministério da Economia, com o objetivo de dar publicidade às ações, recomendações e políticas públicas conduzidas pela Secretaria, bem como verificar a sensibilidade dos principais agentes de mercado às reformas mais importantes para a economia brasileira.

O Relatório está organizado em 5 seções: 1 – Overview Regulatório; 2 – Reformas Transversais; 3 – Reformas Setoriais; 4 – Acompanhamento das Agências Reguladoras; e 5 – Prioridades de Mercado.

A primeira seção do Radar trata do acompanhamento da convergência regulatória brasileira à OCDE, monitorada pelo indicador *Product Market Regulation* (PMR). A segunda versa sobre projetos legislativos transversais às diferentes áreas da economia brasileira. A terceira e quarta seções trazem, respectivamente, o monitoramento da nossa agenda setorial, distribuída nas propostas de reformas e inovações legislativas para alguns setores da economia e a interação da própria SEAE com as entidades reguladoras brasileiras por meio de recomendações às consultas públicas. Por fim, a quinta seção do Radar apresenta aquelas que são consideradas as reformas e os projetos prioritários para o Brasil na visão das entidades representativas do setor produtivo.

Este é um projeto em constante aprimoramento, e que por isso, sugestões são bem-vindas por meio do e-mail: [radar.seae@economia.gov.br](mailto:radar.seae@economia.gov.br)



Versão Beta

**RADAR**  
**REGULATÓRIO**

## DESTAQUES - FEV/2022



- Poder Executivo publica a Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal em 2022
- Reforma tributária continua sendo a prioridade #1 do setor produtivo
- Inclusão do Setor de Serviços Profissionais na Seção 3 da publicação
- Apresentação das primeiras recomendações da Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial
- A partir dessa edição, PLs, MPs ou demais projetos que estiverem em destaque no Radar e constarem na Agenda Legislativa apresentada pelo poder executivo, ganharão o selo de prioridade de governo



# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# Seção 1: Overview Regulatório

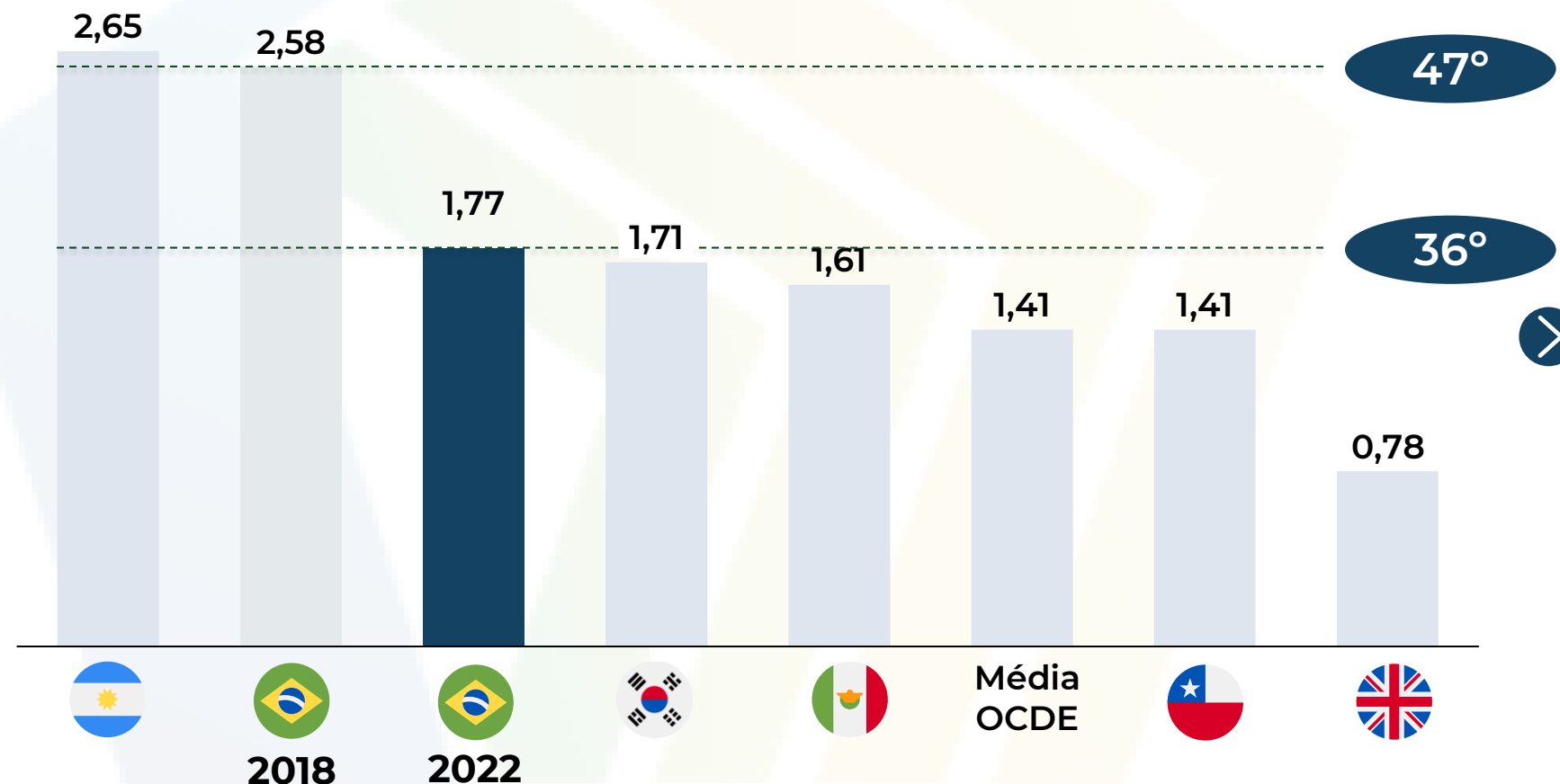
## Panorama *Product Market Regulation* - OCDE

Atualização



### A pontuação projetada do Brasil no Ranking PMR

Estimativa baseada na análise feita pela SEAE



Para medir a posição regulamentar dos países e acompanhar os progressos da reforma ao longo do tempo, a OCDE tem vindo a produzir, desde 1998, um conjunto de indicadores de regulação do mercado de produtos (PMR).

### Panorama regulamentar PMR

- **Racionalização dos regulamentos para O&G** (Lei 14.134/2021)
  - **Fim da restrição ao capital estrangeiro na indústria aérea** (Lei 13.842/2019)
  - **Fim da restrição ao capital estrangeiro no setor das Telecomunicações** (Lei 14.195/2021)
  - **Nova lei da banda larga** (Lei 13.879/2019)
  - **Incentivos para realizar análises custo-benefício** (Calculadora de encargos regulamentares - CalReg)
  - **Redução da burocracia e da carga regulamentar** (Decreto 10.411/2020)
  - **Novo marco legal do mercado de câmbio** (PL 5.387/2019)
  - **BR do Mar** (Lei 14.301/2022)
  - **Marco Legal das Ferrovias** (Lei 14.273/2021)
- Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal

Melhorias regulatórias implementadas (até Fevereiro 2022)

# Seção 1: Overview Regulatório

## Publicação da Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal em 2022



### Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal em 2022



#### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/02/2022 | Edição: 28-A | Seção: 1 - Extra A | Página: 1

Órgão: Presidência da República/Casa Civil

#### PORTARIA Nº 667, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o objetivo de dar publicidade às proposições normativas consideradas prioritárias pelo Governo Federal por ocasião do início dos trabalhos do presente ano legislativo:

CONSIDERANDO as competências expressas no inciso VIII, do art. 5º e no inciso XI do art. 10, do Anexo I, do Decreto nº 10.907, de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar pública a Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO

Para acessar o documento completo, clique ou aproxime a câmera para o QR Code:



- **A Agenda Legislativa é o conjunto de projetos normativos considerados prioritários pelo Poder Executivo e que se pretende trabalhar no respectivo ano**
- Objetivo é dar **transparência** e **previsibilidade** para os cidadãos e para o setor produtivo
- **O que inclui?**
  - ✓ projetos de lei ordinária;
  - ✓ projetos de lei complementar;
  - ✓ projetos de emenda constitucional;
  - ✓ decretos;
- **Melhor prática observada por cerca de 30 países da OCDE**, a Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal apresenta projetos nas seguintes áreas:
  - ✓ Economia
  - ✓ Custo Brasil
  - ✓ Social
  - ✓ Ambiental
  - ✓ Segurança e Defesa
  - ✓ Agricultura
  - ✓ Mineração
  - ✓ Educação
  - ✓ Infraestrutura
  - ✓ Saúde

# Seção 1: Overview Regulatório

## Publicação da Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal em 2022



### Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal em 2022



#### DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 09/02/2022 | Edição: 28-A | Seção: 1 - Extra A | Página: 1

Órgão: Presidência da República/Casa Civil

#### PORTARIA Nº 667, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2022

Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, II e IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o objetivo de dar publicidade às proposições normativas consideradas prioritárias pelo Governo Federal por ocasião do início dos trabalhos do presente ano legislativo:

CONSIDERANDO as competências expressas no inciso VIII, do art. 5º e no inciso XI do art. 10, do Anexo I, do Decreto nº 10.907, de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar pública a Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal para o ano de 2022, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIRO NOGUEIRA LIMA FILHO

Para acessar o documento completo, clique ou aproxime a câmera para o QR Code:



- **Melhor prática observada por cerca de 30 países da OCDE**, a Agenda Legislativa Prioritária do Governo Federal foi uma **conquista da SEAE/ME**
- **Adotada pela primeira vez na história do Poder Executivo**, a Agenda representou um **incremento de pontos no ranking do PMR** (gráfico apresentado na página anterior), elevando o Brasil para a **36ª posição** estimada
- **A Agenda Legislativa é o conjunto de projetos normativos considerados prioritários pelo Poder Executivo e que se pretende trabalhar no respectivo ano**
- Objetivo é dar **transparência** e **previsibilidade** para os cidadãos e para o setor produtivo
- **O que inclui?**
  - ✓ projetos de lei ordinária;
  - ✓ projetos de lei complementar;
  - ✓ projetos de emenda constitucional;
  - ✓ decretos;



# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

## Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



### Andamento

- Em discussão no Executivo   Enviado ao Congresso   Casa Iniciadora   Casa Revisora   Retorno à casa iniciadora (caso necessário)   Aguardando Sanção   Análise de Vetos (caso necessário)   Fim dos trâmites

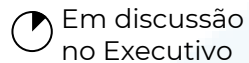
Reforma	Origem	Descrição	Andamento
<b>Plano de Redução Gradual de Incentivos e Benefícios Fiscais</b>	PL 3.203/2021	Redução de benefícios tributários para que estes alcancem, ao final de oito anos, patamar igual ou inferior a 2% do PIB	Casa Iniciadora
<b>PEC dos Fundos Públicos</b>	PEC 187/2019	Propõe extinção de fundos públicos criados até 31/12/2016, caso não sejam ratificados por meio de lei complementar específica	Casa Revisora
<b>Reforma Administrativa</b>	PEC 32/2020	Altera dispositivos sobre servidores e empregados públicos e modifica a organização da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios	Casa Iniciadora

## Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



### Andamento



Reforma	Origem	Descrição	Andamento
<b>Reforma Tributária I</b>	PEC 45/2019	Criação do IBS a partir da substituição de cinco tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS, ISS	Casa Iniciadora
<b>Reforma Tributária II</b>	PEC 110/2019	Criação do IBS a partir da substituição de nove impostos, além de alterações em outros tributos, tal como o IR	Casa Iniciadora
<b>Reforma Tributária III</b>	PL 3.887/2020	Criação da CBS a partir da substituição do PIS e Cofins	Casa Iniciadora
<b>Reforma Tributária IV</b>	PL 2.337/2021	Reforma da legislação do Imposto de Renda e da CSLL	Casa Revisora

## Seção 2: Acompanhamento Reformas Transversais

Reformas legislativas estratégicas para todos os setores da economia



### Andamento

- Em discussão no Executivo   Enviado ao Congresso   Casa Iniciadora   Casa Revisora   Retorno à casa iniciadora (caso necessário)   Aguardando Sanção   Análise de Vetos (caso necessário)   Fim dos trâmites

Reforma	Origem	Descrição	Andamento
<b>PL dos Super Salários</b>	PL 6.726/2016	Regulamenta a aplicação do limite remuneratório de agentes públicos, aposentados e pensionistas.	Casa Revisora
<b>PL da Regulação do Lobbying</b>	PL 4.391/2021	Regulamenta e dá mais transparência à atividade de lobby no Brasil	Casa Iniciadora
<b>PL das Concessões Públicas</b>	PL 7.063/2017	Reduz o valor mínimo dos contratos de parcerias público-privadas celebrados por Estados, pelo Distrito Federal e por Municípios	Casa Revisora



# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# Setor Transportes



HYUNDAI **RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### Privatização Porto de Santos

Cessão onerosa do Porto Organizado de Santos, por meio de contrato de concessão.

- Modelagem do processo de desestatização em fase de conclusão, por meio de estudos contratados pelo BNDES.
- **Aberta consulta pública: 01/2022. Contribuição até 16/03/2022**
- Previsão da desestatização: 2ºsem/2022

- Viabilização dos investimentos requeridos em ampliação de capacidade e modernização.
- Redução do custo portuário e melhoria da qualidade dos serviços prestados.



#### Privatização da Ferroeste

Cessão onerosa da Estrada de Ferro Paraná OESTE S/A, por meio de contrato de concessão.

- Todos os trechos a serem construídos sob o regime de autorização foram autorizados, faltando a aprovação do estudo de impacto ambiental (governo do Paraná).
- Audiência pública prevista para 1ºTrim/2022. Leilão deverá acontecer no 2º Trim/2022.

- Investimentos previstos da ordem de R\$ 8,7 bilhões.
- Redução do custo do frete para o escoamento da produção.
- Melhoria da estrutura logística para o escoamento da produção agrícola do Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul.



#### Rodada de Licitação de Aeroportos

7ª Rodada é dividida em 3 blocos: (i) Blocos Norte II: Belém; Santarém, Carajás, Altamira e Macapá; (ii) Bloco RJ-MG: Jacarepaguá, Uberlândia, Montes Claros e Uberaba; e (iii) Bloco SP-MS: Congonhas, Campo de Marte, Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã.

- Edital previsto para 2º trim./22, leilão 3º trim./22 e contrato 4º trim.22.
- Os aeroportos de Santos Dumont e Galeão serão licitados juntos no segundo semestre de 2023.

- Investimentos totais previstos de R\$ 8,8 bilhões.
- Aumento da quantidade de voos realizados nestes aeroportos, com o consequente incremento concorrencial



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor de Transportes



### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Resolução ANTT de Regulamentação do TRIIP

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Processo de adequação da Regulamentação da Lei nº 12.996/2014, que estabeleceu a abertura de mercado para o Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros (Triip).

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Realizada Audiência Pública ANTT 04/2020. Em dezembro de 2020 foi aprovado no Senado o PLS 3.819/2020, que insere restrições à concorrência no Triip no sentido oposto ao da proposta da ANTT.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Consolidação da abertura de mercado e a livre concorrência no mercado de transporte rodoviário de passageiros.
- Efeitos positivos esperados sobre o aumento da oferta do serviço, melhoria do nível de qualidade do serviço e redução de preços das passagens de ônibus.



# Setor Óleo e Gás



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



<b>Reforma</b> Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor	<b>Síntese</b> Resumo do que trata a reforma	<b>Andamento</b> Avaliação do andamento e a perspectivas	<b>Impacto</b> Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida
<b>Medidas Provisórias 1.063/2021 e 1.069/2021 (Arranjos comerciais)</b>	Permite a venda direta por produtor ao posto revendedor de etanol hidratado combustível.	<ul style="list-style-type: none"><li>• MP 1.063/2021: convertida na Lei 14.292, de 2022.</li><li>• MP 1.069/2021: enviada à Câmara dos Deputados. O prazo está suspenso até a votação da MPV 1100/2022</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Redução dos custos de transação e redução do preço ao consumidor final.</li></ul>
<b>Projetos de Lei 3.178/2019 e 5.007/2020 (Reestruturação do Regime de Partilha)</b>	Revisão do regime de partilha de produção, em áreas do pré-sal e estratégicas	<ul style="list-style-type: none"><li>• PL 3.178/2019: Comissão de Serv. de Infraestrutura do Senado Federal.</li><li>• PL 5.007/2020: Comissão Des. Econômico, Ind., Com. e Serv., da Câmara dos Deputados.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento do investimento; e geração de emprego e renda com ampliação do número de <i>players</i>.</li></ul>
<b>Revisão das Resoluções ANP 37/2013, 51/2013 e 52/2011 (Regulação da Nova Lei do Gás)</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Revisão das normas regulatórias para ampliação da capacidade de transporte.</li><li>• Revisão da dinâmica de comercialização de gás natural.</li></ul>	Temas em estudo e desenvolvimento da regulamentação pela ANP e outros órgãos do Poder Executivo. Previsão de Consulta Pública: abr/22 (R. ANP 37/2013) e jun/22 (R. ANP 51/2011 e 52/2013).	<ul style="list-style-type: none"><li>• Aumento dos investimentos e redução de preços ao consumidor final.</li></ul>

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Óleo e Gás



### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### PLP 11/20 (unificação de ICMS)

#### Termo de Compromisso de Cessação (TCC) no mercado de gás natural e no mercado de refino

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Prevê a apuração do ICMS-substituição relativo ao diesel, etanol hidratado e à gasolina a partir de valores fixos por unidade de medida, definidos na lei estadual.

Monitoramento das ações de desinvestimento, acesso de terceiros às infraestruturas essenciais e outros compromissos firmados no TCC celebrado entre CADE e Petrobras no mercado de gás natural e no mercado de refino.

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Aprovado na Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal para apreciação.

- TCC Gás Natural: 75,6% implementado
- TCC Refino: em acompanhamento pelo CADE.

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Menor volatilidade do valor cobrado de ICMS e do preço ao consumidor de combustíveis.
- 
- Redução do preço da molécula de gás e do preço do produtor de derivados de petróleo; e
- Aumento de investimento e geração de emprego e renda

# Setor Elétrico



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Elétrico

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Desestatização da Eletrobras

### PL 414/2021 (PLS 232/2016): novo marco do Setor Elétrico

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

A desestatização da Eletrobras será executada na modalidade de aumento do capital social, por meio da subscrição pública de ações ordinárias com renúncia do direito de subscrição pela União

O PL aprimora o modelo regulatório e comercial do setor elétrico, com vistas à expansão do mercado livre, dentre outras alterações..

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

- TCU autorizou prosseguimento dos estudos, mas ainda deverá se manifestar ao final do processo.
- Mantida previsão de desestatização para maio/2022

O PL aguarda Despacho do Presidente da Câmara dos Deputados

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Fortalecimento da capacidade de investimento da empresa, e possibilidade de modicidade tarifária, face ao aporte de parte dos recursos da desestatização à CDE.
- Incentivo à concorrência devido à liberdade de escolha na compra de energia elétrica pelos consumidores. Essa política já é adotada por países como Japão, Alemanha, Coréia do Sul, França e Reino Unido.



# Setor Financeiro



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PL 4.188/2021 (Novo Marco Legal de Garantias)

Institui o serviço de gestão especializada de instrumentos de garantias móveis e imóveis, que será realizado por Instituições Gestoras de Garantia – IGG e regulado pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Aguardando o parecer do relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania; Aguardando o parecer do relator na Comissão de Educação; Aguardando o parecer do relator na Comissão de Finanças e Tributação

- Potenciais ganhos de escala e escopo desse serviço, tornando mais eficiente o uso de garantias no processo de concessão de crédito.



#### MP 1.085/2021

Cria e regulamenta o Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp).

Na Comissão Mista da Medida Provisória nº 1.085, de 2021. Recebeu 316 emendas ao texto original e obstruirá a pauta a partir de 19/03, não havendo informação sobre o Relator designado.

- Proporcionar maior publicidade e segurança para o uso de bens móveis como garantia em operações de crédito.
- Promover redução de prazos para emissão de certidões e registros de escrituras de compra e venda de imóveis.



#### PL de Internacionalização do Sistema de Garantias Brasileiro

O PL aprimora e adequa os institutos de garantias do sistema legal brasileiro às melhores práticas internacionais

Fechamento do texto final conforme adequações propostas em Consulta Pública (tramitação interna no Poder Executivo)

- Promover a abertura de novos mercados de crédito
- Possibilitar a instituição de financiamentos com garantia que hoje não existem
- Reduzir substancialmente os custos transacionais para se dar um ativo como garantia

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Financeiro

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### PL 2.646/2020: Debêntures de Infraestrutura

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Reduz a alíquota do imposto sobre a renda incidente sobre as operações com emissão de debêntures de infraestrutura, cujos recursos captados serão destinados à implementação de projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

No Plenário do Senado Federal

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Incentivo fiscal é usufruído pelo emissor da debênture, e não pelo comprador do título, o que supostamente ensejaria a possibilidade de emissão do papel a uma taxa mais elevada/atrativa ao investidor.
- Potencial de aumento da atratividade da desse tipo de debentures pelos fundos de pensão, que já são isentos de impostos.





# Setor Tecnologia



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Tecnologia

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### **PL 3.832/2019: revisão da Lei do SeAC (TV por assinatura)**

- Retirada de restrições a verticalizações no setor
- Retirada de restrições a investimentos
- Segurança jurídica para o VoD

Atualmente no Plenário do Senado Federal.

- Aumento dos investimentos em produção e distribuição de conteúdo audiovisual

#### **PL 21/2020: marco legal do desenvolvimento e uso da Inteligência Artificial (IA)**

- Estabelece princípios, direitos, deveres e instrumentos de governança para a IA
- Adota princípios e recomendações da OCDE para IA que o Brasil endossou

PL sob regime de urgência, aprovado na Câmara dos Deputados em 30 de setembro de 2021, e remetido ao Senado Federal.

- Aumento dos investimentos na adoção de inteligência artificial, com repercussões positivas na produtividade e digitalização da nossa economia

#### **PL 8.518/2017: Silêncio positivo para infraestruturas de telecom**

- Regulamenta a aprovação tácita por decurso de prazo para infraestruturas de telecomunicações.
- A requerente ficará autorizada, em caráter precário, a realizar instalação caso o prazo de tramitação tenha decorrido sem decisão definitiva do órgão competente.

Já aprovado na CDU, CCTCI e CCJC da Câmara dos Deputados. Pronto para entrar na pauta de votações no Plenário

- Desburocratização e consequente aumento dos investimentos em antenas, essenciais para a massificação do 5G no país

# Setor Saúde

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Saúde

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### MP 1.067/2021 (Cobertura dos planos de saúde)<sup>1</sup>

Reduz o prazo de análise e resposta dos pedidos inclusão de novos procedimentos de coberturas no âmbito da saúde suplementar

O texto original da MP foi alterado pela Câmara dos Deputados, que incluiu a obrigatoriedade do oferecimento de medicamentos contra câncer. A matéria, transformada no Projeto de Lei de Conversão nº 29/2021, foi aprovada no Senado e encaminhada à sanção/veto presidencial

- Preservação das regras atuais para inclusão de novos procedimentos cobertos pelos planos de saúde.
- Não haveria aumento de custos para as operadoras.

#### PLS 589/2021

Controle da qualidade de medicamentos no período pós-registro

- Texto aprovado no Senado em novembro/2021 e remetido para a Câmara.
- Matéria remetida às Comissões de Seguridade Social e Família, de Constituição e Justiça e de Cidadania..



#### Precificação de novos medicamentos

Revisão da Resolução CMED nº 2/2004, que estabelece critérios para definição de preços de produtos novos e novas apresentações de medicamentos

Consolidação das contribuições à CP SEAE nº 2/2021

- Aperfeiçoamento do modelo de precificação da inovação;
- Simplificação dos procedimentos e critérios utilizados na precificação de medicamentos.

(1) A MP nº 1.067/2021 alterou o processo de incorporação de novas tecnologias e medicamentos conduzido pela ANS. Com isso, pretende que o veto presidencial ao PL nº 6.330/2019 seja mantido, uma vez que mantém as análises necessárias para novas coberturas devidas por operadoras de planos de saúde, em prazo menor, ao contrário do PL, que determinava cobertura obrigatória de antineoplásicos em 48 horas, sem as análises mínimas prévias.

# Setor Recursos Naturais



**RADAR**  
REGULATÓRIO

# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

#### PL 2.159/2021: Lei Geral do Licenciamento Ambiental

Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente

Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal

- Potencial aumento do fluxo de investimentos em importantes setores da economia



#### PL 5.518/2020: Concessões Florestais

Reduz barreiras regulatórias que dificultam a exploração sustentável das florestas e aumenta a atratividade das concessões florestais por meio da permissão de receitas acessórias

Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados

- Aumento da área florestal concedida
- Redução do desmatamento na Amazônia
- Melhoria da situação econômica das comunidades próximas às áreas concedidas



#### PL 2.148/2015 (e apensados): Mercado de Carbono

Institui o Mercado Brasileiro de Redução de Emissões (MBRE), que vai regular a compra e venda de créditos de carbono no País

Plenário da Câmara dos Deputados

- Incentivo econômico à conservação e proteção ambientais, assim como à realização de atividades econômicas de baixa emissão de gases de efeito estufa
- Melhoria do ambiente e segurança do mercado de créditos de carbono no Brasil
- Valorização dos ativos ambientais brasileiros



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Recursos Naturais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### PLS 495/2017: Mercado de água

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

Introduzir os mercados de água como instrumento destinado a promover alocação mais eficiente dos recursos hídricos

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Melhora a gestão de crises hídricas e contribui para a redução dos conflitos pelo uso de recursos hídricos

# Setor Serviços Profissionais



**RADAR**  
REGULATÓRIO



# Seção 3: Andamento Reformas Setoriais

## Reformas e inovações legislativas específicas – Setor Serviços Profissionais

### Reforma

Apresenta as principais reformas em discussão que podem influenciar determinado setor

#### PL 1.024/2020: Concorrência nas grandes obras de engenharia

#### PL 2.482/2020: Modernização do processo de revalidação de diplomas

### Síntese

Resumo do que trata a reforma

- Adota o silêncio positivo para o registro de profissionais
- Retira critérios de escassez de profissional e interesse nacional para a contratação de engenheiros estrangeiros
- Retira obrigação das empresas que contratam profissionais estrangeiros de manter junto a eles assistente brasileiro

- Possibilita que instituições de ensino superior particulares possam revalidar diplomas.
- Estabelece processo de revalidação ou reconhecimento simplificados, com prazo de 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias.

### Andamento

Avaliação do andamento e a perspectivas

Substitutivo apresentado na CTASP/CD

Aprovado no Senado Federal  
Aguardando Parecer do Relator na CSSF/CD

### Impacto

Análise SEAE sobre os impactos esperados com essa medida

- Maior concorrência no mercado de engenharia  
Maior celeridade para o registro de profissionais, desburocratizando os investimentos em grandes obras

- Desburocratização do processo de revalidação de diplomas

# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**CP 40/2021:** atualização dos requisitos técnicos para avaliação da conformidade de reforçador de sinais interno.

1. Aprofundamento dos estudos, por meio de AIR.
2. Aguardar por, pelo menos, 2 anos os desdobramentos dos fatores-chave envolvendo o mercado de telecomunicações, em especial o desenvolvimento da tecnologia 5G.
3. A não-intervenção, nesse momento, seria a opção mais efetiva.



**AP 07/2021:** colher sugestões às minutas de Edital e Contrato, ao Programa de Exploração da Rodovias e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental, que visam a concessão para exploração da BR-040/RJ MG e BR-495/RJ.

- 1- Avaliação de medidas que podem reduzir o valor da tarifa com uma gestão mais eficiente dos riscos cambiais.
- 2- Avaliação de medida que possibilite o atingimento da menor tarifa cobrada dos usuários



**CP 019/2021:** obter subsídios para revisar regras de alocação e monitoramento do uso da infraestrutura aeroportuária e de minuta de decisão exemplo de declaração de aeroporto coordenado nível 4.

1. Avaliação de medidas que visam aumentar a contestabilidade.
2. Avaliação de medidas que podem vir a aumentar a capacidade aeroportuária.

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresenta os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras

### Agência

### Consulta

### Recomendação SEAE



**CP 60/2021:** reavaliação da regulamentação sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (“BSR”)

1. Dada a baixa capacidade de gerar resultados positivos pela intervenção proposta na CP, que a reformulação normativa apresentada, relacionada a reavaliação da regulamentação (Resolução nº 308/2002) sobre Bloqueador de Sinais de Radiocomunicações (BSR), não é oportuna. Recomenda-se que a Anatel aprofunde os seus estudos quanto à efetiva necessidade de se ampliar o acesso a estes equipamentos, inclusive contemplando outras investigações, relacionadas à sua caracterização e abrangência como equipamento de radiação restrita. Recomenda-se também que a Anatel aguarde também os desdobramentos, ao menos nos próximos dois anos, de fatores-chave envolvendo os mercados de telecomunicações e que podem alterar os incentivos para aplicação de BSR.
2. A não intervenção, neste momento, pode facilitar o surgimento de novas soluções e inovações ainda não previstas, oriundas da própria lógica competitiva, permitindo à Anatel, em momento mais oportuno, realizar uma regulação mais discreta e, ao mesmo tempo, mais efetiva.

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

Consultas públicas em aberto: Apresentará consultas que estejam em andamento para que os agentes de mercado tenham conhecimento e possam atuar, caso julguem necessário

### Agência

### Consulta

### Prazo



**CP 01/2022:** plano geral de melhorias de competição

**11/03/2022**



**CP 63/2021:** Regulamento de Segurança Cibernética Aplicada ao Setor de Telecomunicações

**21/03/2022**



**CP 27/2021** - revisão de norma que regula o acesso não discriminatório, por terceiros interessados, aos terminais aquaviários, existentes ou a serem construídos, para movimentação de petróleo, seus derivados e de biocombustíveis.

**22/03/2022**

## Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

A Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial – FIARC divulgou no fim de janeiro seu parecer a respeito de três normativos



### Caso 1: Recursos das Contas Vinculadas do AFRMM

- **SETOR:** Transporte Aquaviário de Cargas
- **REQUERENTE:** Sindicato Nacional das Empresas de Navegação de Apoio Portuário (Sindiporto)
- **OBJETO:** utilização de recursos das denominadas Contas Vinculadas, que são providas por tributo denominado Adicional sobre o Frete para Renovação da Marinha Mercante (“AFRMM”).
- **NORMAS INFRALEGAIS:** Decretos no 5.269/2004 e no 5.543/2005.
- **QUESTÃO EM ANÁLISE:** efeitos das regras de aplicação das Contas Vinculadas na concorrência.



#### Recomendações SEAE:

- i. vedar a utilização do saldo dos recursos das contas vinculadas **não utilizados até a data da alteração normativa**, transferindo-se os saldos existentes para o FMM
  - ii. alterar Decretos nº 5.269/2004 e no 5.543/2005 para realizar vedação;
  - iii. avaliar extinção do próprio mecanismo de Contas Vinculadas em vista de potencial efeito anticompetitivo nos mercados que arrecadam AFRMM;
  - iv. elaboração de avaliação ex-post do AFRMM (Análise de Resultado Regulatório) para verificar efetividade da política, em vista do custo elevado para consumidor.
- Indicação de **bandeira vermelha:** Decretos nº 5.269/2004 e no 5.543/2005

# Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

A Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial – FIARC divulgou no fim de janeiro seu parecer a respeito de três normativos

## Caso 2: Circuito Fechado

- **SETOR:** Transporte Rodoviário de Passageiros
- **REQUERENTE:** Buser Brasil Tecnologia Ltda
- **OBJETO:** exigência da regra de circuito fechado no serviço de transporte de passageiros sob o regime de fretamento.
- **NORMAS INFRALEGAIS:** Decreto nº 2.521/1988 e à Resolução ANTT nº 4.777/2015
- **QUESTÃO EM ANÁLISE:** efeito da exigência do circuito fechado sobre a concorrência no setor.

### Recomendações SEAE:

#### ➤ Regra de circuito fechado:

- i. inibe inovação e novos modelos de negócios;
- ii. aumenta os custos de transações;
- iii. prejudica a concorrência.

#### ➤ Medidas recomendadas:

- i. extinção do circuito fechado no Decreto 2.521/98 e Resolução ANTT nº 4.777/15;
  - ii. alteração da Resolução ANTT 4.770/15 para reduzir barreiras à entrada no serviço regular de transporte interestad. e internac. rodoviário de passageiros (TRIIP);
  - iii. criação de nova categoria de fretamento para abranger o fretamento colaborativo, ofertado via plataformas digitais;
  - iv. harmonizar regras de gratuidades e descontos legais e da assistência material constantes no serviço TRIIP para o serviço de fretamento colaborativo, de forma a corrigir assimetrias regulatórias com o transporte regular
- **Indicação de bandeira vermelha:** Decreto 2.521/98, Resoluções ANTT nº 4.770/15 e 4.777/15.
- **Indicação de bandeira amarela:** Decreto 10.157/19.

# Seção 4: Acompanhamento das Agências Reguladoras

A Frente Intensiva de Avaliação Regulatória e Concorrencial – FIARC divulgou no fim de janeiro seu parecer a respeito de três normativos

## Caso 3: Cobrança de SSE/THC2

- **SETOR:** Transporte Aquaviário de Longo Curso (Internacional).
- **REQUERENTE:** Associação de Usuários dos Portos da Bahia – USUPORT.
- **OBJETO:** cobrança do Serviço de Segregação e Entrega – SSE (também conhecido como *Terminal Handling Charge 2* – THC 2) na movimentação de contêineres.
- **NORMAS INFRALEGAIS:** Resolução ANTAQ nº 34/2019
- **QUESTÃO EM ANÁLISE:** efeito da cobrança na concorrência do serviço armazenagem alfandegada de contêineres no setor.



### Recomendações SEAE:

- Constatação de efeitos anticoncorrenciais da cobrança de SSE/THC2 **sem regulação de preço**.
- **Consequente desincentivo à entrada** no mercado de armazenagem alfandegada, com **encarecimento do custo logístico total e possibilidade de outras cobranças anticoncorrenciais** (ex: taxa de escaneamento), inclusive no sentido exportador
- Recomendações de alteração da Resolução ANTAQ nº 34/2019, em ordem de preferência:
  - ✓ determinar que todos os custos relativos à movimentação vertical e horizontal estejam incluídos nos preços praticados junto aos armadores (Box Rate e THC, no que couber); ou
  - ✓ aplicar um regime de regulação *ex ante*, do tipo tarifa teto ou semelhante, a todas as cobranças obrigatórias aplicadas junto aos donos da carga ou seus prepostos, tais como os terminais secos
- Indicação de **bandeira vermelha:** Resolução ANTAQ nº 34/2019.



# SUMÁRIO EXECUTIVO



## Overview Regulatório

Destacar as principais evoluções do último mês relativas a indicadores internacionais

1



## Reformas Transversais

Abordar reformas legislativas estratégicas que podem impactar setores da economia

2



## Reformas Setoriais

Apresentar as principais reformas e inovações legislativas nos seguintes setores: óleo e gás, tecnologia, transportes, elétrico, serviços financeiros, saúde e recursos naturais

3



## Acompanhamento das Agências Reguladoras

Apresentar os principais temas em que a SEAE está atuando junto às Agências Reguladoras. Apresentará consultas que estejam em andamento

4



## Prioridades de Mercado

Apresentar as reformas prioritárias que deveriam prosperar e aquelas que não deveriam, segundo os stakeholders de mercado

5

# Seção 5

Seção dedicada a listar as **reformas e inovações legislativas prioritárias no ponto de vista do mercado**

Entidades representativas, inscritas no Radar, foram convidadas a apontar quais são as reformas prioritárias sob sua análise

O resultado pode ser encontrado nas páginas seguintes, no qual foram **listadas as Top 6 reformas mais citadas, com suas respectivas considerações também apresentadas por essas instituições**

## Entidades que contribuem com o Radar Regulatório



Quer contribuir com o Radar? Solicite sua inscrição por meio do email: [radar.seae@economia.gov.br](mailto:radar.seae@economia.gov.br)

# Seção 5: Prioridades do Mercado (Fev/2022)<sup>1</sup>

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

1

## Reforma Tributária

Simplificação do sistema atual, redução dos custos e eliminação de assimetrias para contribuir para o aumento da competitividade e melhoria no ambiente de negócios



Pelo terceiro mês seguido, o mercado aponta como sua maior prioridade a simplificação tributária brasileira

2

## Reforma Administrativa

Revisar o papel do setor público, de forma a otimizar recursos, promover a meritocracia e focar na gestão eficiente são pontos de partida para uma reforma administrativa exitosa

Em conjunto com a Reforma Tributária, a Reforma Administrativa é apontada como uma das maiores prioridades para o mercado brasileiro

3

## Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões

O mercado de carbono pode fomentar avanços na direção de uma economia de baixa emissão, além de representar muitas oportunidades para o setor produtivo brasileiro



Ampliando sua importância entre os principais stakeholders do mercado e alinhado às prioridades do governo, a Regulamentação do Mercado Brasileiro de Redução de Emissões figura no Top 3 pela primeira vez

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

## Seção 5: Prioridades do Mercado (Fev/2022)<sup>1</sup>

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

4

### Lei Geral de Licenciamento Ambiental

A padronização de prazos e regras de forma a dar previsibilidade aos *stakeholders* permitiria avanços em obras importantes para o País em áreas como infraestrutura, saúde e educação



Incluído na Agenda Prioritária do Governo, a Lei Geral de Licenciamento Ambiental se mantém entre os destaques trazidos pelo mercado

5

### Acesso a Crédito

Facilitar o crédito e regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito contribuem para a redução de custos das empresas e possibilitam o aumento no fluxo de investimentos



Com o aumento da Taxa Selic, e o consequente aumento do custo do crédito, o mercado entende que regulamentar o Sistema Nacional de Garantias de Crédito é fundamental para o desenvolvimento da economia

6

### Modernização do Setor Elétrico

Aperfeiçoar o modelo regulatório do setor elétrico de forma a promover a abertura ao mercado livre de energia para todos os consumidores é uma passo importante na direção da redução de preços e aumento de eficiência



Ponto chave da infraestrutura nacional, o Setor Elétrico permanece sendo o centro de atenção de grande parte dos *stakeholders* de mercado

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

## Seção 5: Prioridades do Mercado (Fev/2022)<sup>1</sup>

Apresenta as reformas prioritárias segundo os *stakeholders* de mercado

### Destaques apresentados pela primeira vez pelos *stakeholders* de mercado:



#### Regulação de Criptoativos

A regulação do mercado de criptoativos é importante para trazer segurança jurídica para os atores que atuam nesse mercado, em especial, os consumidores



#### Criação do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos

O Sistema Eletrônico dos Registros Públicos – SERP permitirá redução da burocracia, padronização dos procedimentos registrais e redução de custos e prazo nas transações econômicas



#### Regulamentação da Produção de Bioinsumos no Brasil

A regulamentação de bioinsumos pode contribuir para a eficiência produtiva e a segurança dos alimentos a serem oferecidos à população

(1) Tanto as reformas quanto os comentários apresentados na Seção 5 do Radar representam as opiniões de instituições e entidades representativas recebidas pela SEAE

**Contribua com a construção  
do Radar: envie dúvidas,  
sugestões e contribuições  
por meio do email:  
radar.seae@economia.gov.br**



FEVEREIRO/2022

61 2027-7475

radar.seae@economia.gov.br

